

RESOLUÇÃO

EM DEFESA DA AP E DOS DIREITOS DOS SEUS TRABALHADORES

A análise da actual situação social e económica do país e os últimos dados estatísticos vindos a público demonstram que se continua a agravar o fosso entre os mais ricos e os mais pobres na sociedade portuguesa e que o Estado se demite cada vez mais de cumprir as tarefas que lhe estão cometidas e claramente expressas na Constituição da República. Daí resulta, forçosamente, que o Governo do PS assuma medidas, grosseiramente inconstitucionais, no sentido do reconfiguramento e ou destruição da Administração Pública, na sua matriz progressista saída do 25 de Abril.

Entretanto, os lucros dos grandes grupos capitalistas continuam a aumentar e, para eles, a crise é um factor de maior acumulação da riqueza – no primeiro trimestre de 2007, só nos 4 maiores bancos privados atingiram os 1.137 milhões de euros, um aumento de 23% em relação a igual período do ano anterior; e continuam a beneficiar de excepcionais privilégios fiscais recusados às restantes empresas, o que permitiu a esse sector e por esse facto embolsar, em 2006, mais 409 milhões de euros.

Ao contrário, continuam a degradar-se as condições de vida e de trabalho da generalidade da população e dos trabalhadores, com o agravamento das situações de pobreza, de desemprego, de marginalização e de outras chagas sociais.

Na Administração Pública, os trabalhadores continuam confrontados com uma escalada de medidas legislativas que, inconstitucionalmente, lhes retiram direitos fundamentais conquistados pela luta desenvolvida ao longo de décadas, num processo que pode caracterizar-se sem exagero de recuo civilizacional.

Assumindo-se como expressão dos interesses dos grandes grupos económicos, o Governo assumiu também como objectivo central o de privatizar/externalizar os serviços públicos rentáveis, com o Estado a ter um carácter residual, e com a destruição dos princípios de acesso, isenção, integridade e equidade de tratamento da população em geral às funções sociais que a CRP o obriga a assumir – o que é muito claro nos sectores da educação/ensino, da saúde, da justiça ou da segurança social.

E para prosseguir este objectivo, o Governo pretende:

- . Introduzir, de facto, a flexi-segurança na AP, consagrando despedimentos sem justa causa e reduzindo a protecção dos trabalhadores;
- . Generalizar a precariedade laboral para todos os trabalhadores da AP;
- . Retirar o vínculo de nomeação, generalizando os contratos individuais e denegando o direito à contratação colectiva;
- . Degradar os salários e as pensões e, em geral, as condições de vida e de trabalho;
- . Acabar com as carreiras, impor a desqualificação profissional e a polivalência;
- . Institucionalizar a onipotência dos dirigentes, potenciando e fomentando a partidarização, a arbitrariedade, o clientelismo e a delação, desvalorizando o empenho profissional e desqualificando os Serviços e a Administração Pública;
- . Fazer depender a evolução salarial da disponibilidade orçamental e da opção do dirigente máximo do serviço;
- . Limitar a liberdade sindical, de expressão, de comunicação e de manifestação;

- . Impedir o acesso da população a serviços e funções sociais que o Estado está obrigado a prestar – designadamente na saúde, na educação, na justiça ou na segurança social – quer com a sua extinção, quer com a imposição de custos incompressíveis, sobretudo para os mais desfavorecidos;
- . Aprofundar as assimetrias regionais e sociais do país;
- . Pôr em causa a segurança jurídica, que impõe a previsão e determinabilidade das leis, bem como a legalidade dos actos administrativos.

O desenvolvimento e aprofundamento desta política de direita prosseguida pelo Governo do PS está a atingir níveis que ultrapassam os de qualquer outro Governo, desde o 25 de Abril, e só possível pela maioria absoluta de que o PS dispõe na Assembleia da República.

Mas os Trabalhadores da Administração Pública vão continuar a lutar em defesa da democracia, dos seus direitos, dos direitos da população e do desenvolvimento económico e social do país.

A Proposta Reivindicativa Comum para 2008, aprovada nesta Cimeira, vai ser um factor de unidade e luta dos trabalhadores da AP em defesa da anualidade dos salários, de uma actualização salarial que, no mínimo reponha algum do poder de compra perdido e em defesa de um estatuto sócio-profissional digno.

Os Trabalhadores da Administração Pública exigem que o Governo cumpra a Constituição da República Portuguesa, que respeite os seus direitos fundamentais e que respeite também os direitos do povo português a usufruir dos serviços e funções sociais do Estado, em condições de dignidade, eficácia e qualidade, o que é incompatível com a sua privatização e o favorecimento do grande capital.

Por isso, a Cimeira de Sindicatos da FCSAP, reunida em 2007-09-14, decide:

- 1. Condenar a política de direita seguida pelo Governo, contra os trabalhadores, a Administração Pública e os interesses do país e exigir a revogação dos diplomas aprovados que consagram esses objectivos, designadamente, sobre a Extinção, Fusão, Reestruturação e Racionalização de Efectivos, a Mobilidade, a criação de empresas para gerir os recursos da AP e definir o sistema de compras públicas, a aposentação, a ADSE, e a extinção de Serviços Sociais diversos;**
- 2. Repudiar o comportamento do Governo que, com o objectivo de limitar os direitos colectivos dos trabalhadores da AP, procura alterar a lei sindical sem qualquer tipo de negociação e subverter o sistema constitucional sobre Vínculos, Carreiras e Remunerações, apelando à AR para que rejeite as propostas de lei que aí deram entrada e que consubstanciam aqueles objectivos;**
- 3. Apelar à mobilização de todos os trabalhadores da AP a que continuem a luta contra os objectivos do Governo, em defesa da Proposta Reivindicativa Comum para 2008 e participem massivamente na Manifestação convocada pela CGTP-IN, para o próximo dia 18 de Outubro.**

14 de Setembro de 2007

A Cimeira da FCSAP